



Relatório Anual Integrado 2024



Fundação
Itaú Unibanco
Previdência Complementar

Governança

Estrutura de Governança > p. 18

Comitês de Gestão e Relatórios Gerenciais > p. 24

Habilitação e Certificação > p. 26

Capacitação dos órgãos estatutários > p. 27

Órgãos reguladores e institucionais > p. 28

Canais de relacionamento da Governança > p. 29



Estrutura de Governança

GRI 3-3

AVANÇAMOS NO
APRIMORAMENTO
DE NOSSA GOVERNANÇA,
CONSOLIDANDO PRÁTICAS
QUE REFORÇAM A EFICIÊNCIA
E A TRANSPARÊNCIA
NA TOMADA DE DECISÕES



A nossa governança se baseia em princípios sólidos de **transparência, integridade e responsabilidade corporativa**, garantindo o monitoramento e controle das obrigações legais e a prestação de contas aos órgãos reguladores, estatutários,

patrocinadoras e auditorias, sempre em linha com as melhores práticas.

O nosso Estatuto Social dispõe sobre o funcionamento dos órgãos de governança, estabelecendo os seus princípios e regras, tais

como, as responsabilidades e composição dos órgãos estatutários, constituição do patrimônio dos planos e definição do período do exercício financeiro.

Em 2024, avançamos significativamente ao consolidar práticas que reforçam a eficiência e a transparência na tomada de decisões. Nosso compromisso é garantir uma gestão robusta, alinhada às melhores práticas do mercado. Continuamos a aprimorar nossos processos, refletindo nosso empenho em promover uma governança cada vez mais eficiente e transparente.

Lilian Mota
Gerente de Governança
e Comunicação Institucional



Lilian Mota fala sobre os destaques das ações!
Acesse o vídeo pelo QRCode ou [link](#)



□ Estrutura de Governança

GRI2-23

Além disso, mantemos regimentos internos que regulamentam o funcionamento do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Comitês de Planos e Comitê de Auditoria, assegurando conformidade com a legislação vigente e melhores práticas de Governança Corporativa. No Manual de Governança Corporativa, estão detalhadas nossas diretrizes e principais parâmetros da gestão, comunicação e controles.

Em 2024, avançamos no aprimoramento de nossa governança, consolidando práticas que reforçam a eficiência e a transparência dos processos com diretrizes atualizadas, por meio da revisão de políticas e procedimentos internos, além da implementação da Política Geral de Administração e Planos de Benefícios, que regulamenta nossas atividades, em observância à Resolução Previc nº 23/2023.

Políticas/Procedimento: Implementação e revisões em 2024

- Política Geral de Administração e Planos de Benefícios
- Política de Governança
- Política de Relacionamento
- Política de Despesas para Conselheiros e Representantes de Comitês
- Procedimento de Relacionamento

Entre as iniciativas adotadas, também destacam-se o fortalecimento do processo de autoavaliação dos órgãos estatutários, que possibilita identificar oportunidades de melhoria contínua, a reestruturação dos comitês de gestão e respectivos relatórios gerenciais, com o intuito de otimizar os processos mantendo a prestação de contas.

Atuamos durante o processo de Supervisão Permanente da Previc e obtivemos retorno satisfatório, o que demonstra uma governança sólida, que sabe da importância do aperfeiçoamento dos processos, além da manutenção de uma agenda periódica de reuniões para assegurar a tempestividade na prestação de contas e integração.



Órgãos de Governança Corporativa

GRI 2-9 | 2-10

Nossa administração é composta por profissionais indicados pela patrocinadora e representantes eleitos pelos participantes e assistidos, por meio de processo eleitoral aprovado pelo Conselho Deliberativo em exercício e acompanhado por uma auditoria externa independente.

Processo sucessório

Ao final de cada mandato de 4 anos, em cumprimento ao Estatuto, realizamos o processo sucessório para a composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e dos Comitês de Planos. Esse processo é fundamental para garantir a diversidade, a representatividade e a condução democrática das atividades, sempre alinhado às melhores práticas de governança.

As eleições ocorrem de forma online, por meio de votação secreta, permitindo que participantes e assistidos escolham diretamente seus representantes. Todo o processo é acompanhado por um regimento próprio e supervisionado por uma comissão eleitoral, que assegura sua transparência.

A composição dos órgãos estatutários combina dois critérios principais:

- o **Indicações de membros da patrocinadora principal:** são feitas considerando os conhecimentos e competências adequados

ao segmento de previdência complementar, sempre em conformidade com as qualificações legais exigidas.

- o **Candidaturas de representantes dos participantes e assistidos:** os candidatos precisam atender aos requisitos previstos no Regimento Interno Eleitoral e no nosso Estatuto.

Após a aprovação no processo eleitoral, todos os eleitos são submetidos à habilitação da Previc, que avalia sua competência técnica para o exercício das funções, conforme previsto na legislação vigente.

No processo eleitoral em andamento serão escolhidos os representantes para o mandato 2025 - 2029, que contará com a otimização dos comitês de planos, os quais passarão de 9 para 5 comitês, visando a gestão e a eficiência dos processos, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo em dezembro/2024. Esse momento também marcará uma nova revisão do planejamento estratégico que norteará nossos próximos anos.

Composição dos órgãos de governança



□ Estrutura de Governança

Conselho Deliberativo

GRI 2-11 | 2-12

É responsável pela orientação estratégica e supervisão da administração, seguindo os princípios de governança e gestão de controles internos, de acordo com o porte e complexidade da organização.

O Conselho Deliberativo acompanha a gestão realizada pela Diretoria Executiva por meio dos relatórios gerenciais que apresentam as atividades desenvolvidas, além dos

resultados que são apresentados ao Conselho Deliberativo em reuniões formais, para que possam ser avaliados e criticados. Em 2024, o conselho realizou 8 reuniões, nas quais foram avaliados os processos de gestão e aprovada a implementação da Política Geral de Administração e Planos de Benefícios que regulamenta nossas atividades, em observância à Resolução Previc nº 23/2023.

Periodicamente, o Conselho Deliberativo tem interação com o Comitê de Auditoria para acompanhar e supervisionar os processos de controles internos e gestão de riscos. Além disso, com o suporte das auditorias internas e externas que são realizadas de forma contínua, garantindo que as práticas estejam alinhadas com as diretrizes institucionais.

Os membros suplentes do Conselho Deliberativo são convidados a participar para acompanhamento dos assuntos, mas sem direito a voto caso os membros titulares estejam presentes.

Em junho, foi aprovada a substituição de nove* integrantes do Conselho deliberativo, conforme indicado na composição a seguir, com mandato quadrienal vigente até maio/2025:

Representantes da patrocinadora

Presidente

Osvaldo do Nascimento

Presidente suplente

André Balestrin Cestare*

Conselheiros titulares

Carlos Henrique Donegá Aidar

Daniel Sposito Pastore

José Geraldo Franco Ortiz Junior*

Renato da Silva Carvalho*

Vinicius Santana*

Conselheiros suplentes

Andre Paulo Lacaze*

Marina Madeira de Faria*

Sergio Dias Diniz Costa*

Fernanda Corvino Rodrigues e Silva*

Horciliano Francisco Marques*

*Os novos membros tem até 1 ano da posse para obter a certificação profissional, exceto os membros com cargo remanejado.

Representantes dos assistidos

Conselheiros titulares

Eurípedes Arantes de Freitas

Manoel de Jesus Valverde

Conselheiros suplentes

Laiz Maria Martins Lannes

José Carlos Lavecchia

Representantes dos ativos, autopatrocinados e BPD

Conselheiros titulares

Carlos Miguel Barreto Damarindo

Erica Monteiro de Godoy

Conselheiros suplentes

Kelly Fernanda Menegon

Vago



Conselho Fiscal

Supervisiona a gestão econômico-financeira e zela pelo patrimônio, garantindo o cumprimento das normas estatutárias e legais. Também monitora os riscos estratégicos e operacionais, avalia a qualidade dos controles internos, a gestão dos ativos e passivos, e a execução orçamentária. Em 2024, o conselho realizou 4 reuniões.

Semestralmente, o Presidente do Conselho Fiscal apresenta ao Conselho Deliberativo as manifestações quanto ao Relatório Semestral de Controles Internos, emitido pelo Conselho Fiscal, conforme previsto pela legislação.

Em junho, foi aprovada a substituição de cinco integrantes do Conselho Fiscal, conforme indicado na composição a seguir:

Representantes da patrocinadora

Presidente

Bruno Crepaldi

Presidente suplente

Erika Bruno Branquinho*

Conselheiros titulares

Arnaldo Alves dos Santos

Diego Altarejo Munhoz

Geocarlos Augusto Cavalcante da Silva

Maria Alice Lemes Bruno*

Tarcisio Saraiva Rabelo Junior

Conselheiros suplentes

Juliano Silveira Reis

Andrea Aranha Greco*

Maria Silvia de Godoy Santos*

Marcus Vinicius Brunelli*

Gabriela Tuba

Representantes dos assistidos

Conselheiros titulares

Antonio Eduardo Dias Teixeira

Luiz Fernando da Silva Telles

Conselheiros suplentes

Henrique José Medeiros da Silva

Luiz Fernando Pinheiro

Representantes dos ativos, autopatrocinados e BPD

Conselheiros titulares

Liliane Kely de Oliveira Barbosa
de Carvalho

Onisio Paulo Machado

Conselheiros suplentes

Adriano Campos Rodrigues

Antonio Augusto Borges de Borges

* Os novos membros tem até 1 ano da posse para obter a certificação profissional, exceto os membros com cargo remanejado.



□ Estrutura de Governança

Diretoria Executiva

Responsável pela administração conforme as diretrizes do Conselho Deliberativo e a legislação vigente, sempre zelando pelos nossos interesses e propósito. Em 2024, a Diretoria Executiva realizou 15 reuniões.

Diretor Presidente

Reginaldo José Camilo¹

Diretor Executivo

Ricardo Macedo Giusti²

Diretor de Investimentos

Cristiano Angulski de Lacerda³

¹ ARPB (Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios), DRC (Diretor Responsável pela Contabilidade) e PLD (Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro).

² DPO (Data Protection Officer).

³ AETQ (Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado), empossado em 1 de dezembro de 2024 em substituição a então Diretora de Investimentos Tatiana Grecco.

Comitês de Planos

Os representantes dos Comitês de Planos apreciam questões relacionadas aos planos e as submetem ao Conselho Deliberativo. Em 2024, ocorreram 19 reuniões dos Comitês de Planos.

Comitê de Auditoria

Nomeado pelo Conselho Deliberativo, o Comitê de Auditoria, composto por três membros com mandato até março de 2025, supervisiona os processos de controles internos, gestão de riscos e as atividades das Auditorias Interna e Externa.

Ele se reúne periodicamente com a administração e as áreas técnicas, além de recomendar melhorias para a Diretoria Executiva. Em 2024, foram realizadas 14 reuniões.



SAIBA MAIS

[Composição dos Comitês de Planos e Comitê de Auditoria](#)



Ciclo de avaliações

GRI 2-18

Em 2024, implementamos a autoavaliação dos conselhos e avaliação da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, com o objetivo de fortalecer a governança, identificando pontos de melhoria de fluxos e processos, além de promover a autoreflexão entre os membros.

Com periodicidade anual, os critérios da avaliação incluem aprimorar nossos processos de prestação de contas, acompanhar o desempenho e interação dos colegiados, adequação às boas práticas de Governança e recomendação Previc.

Os resultados são reportados em reuniões dos conselhos Deliberativo e Fiscal, onde oportunidades são identificadas e acompanhadas até efetiva implementação, quando aplicável.

Durante o período de avaliação, asseguramos o anonimato das respostas e reforçamos a importância da adesão, que contou com 73% de respondentes no Conselho Deliberativo e 95% no Conselho Fiscal. Os resultados foram divulgados e debatidos entre os conselheiros em reuniões extraordinárias restritas.



Comitês de Gestão e Relatórios Gerenciais

GRI 2-13

Mantemos Comitês de Gestão para assessorar a diretoria, promovendo transparência e integração nos processos. São compostos por membros da Diretoria Executiva, seus coordenadores e convidados das áreas técnicas.

Semestralmente, esses comitês emitem relatórios gerenciais que documentam suas atividades, reforçam a prestação de contas e subsidiam as avaliações do Relatório Semestral de Controles Internos, elaborado pelo Conselho Fiscal, atendendo ao Art.19 da Resolução CGPC nº 13/2004 e art. 8 da Resolução CNPC nº 39/2021. A Auditoria Interna também emite relatórios semestrais sobre suas avaliações.

Atendendo a uma solicitação do Presidente do Conselho Fiscal, em complemento ao exigido

pela legislação, os relatórios gerenciais complementares foram incorporados aos relatórios de riscos compartilhados com o órgão de fiscalização, proporcionando uma visão mais ampla dos riscos da entidade. Essa inclusão trouxe informações detalhadas sobre Gestão Jurídica, Governança Corporativa, Comunicação Institucional e Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional, ampliando a análise dos aspectos estratégicos operacionais.

Em outubro de 2024, a Diretoria aprovou a reestruturação dos Comitês de Gestão e seus relatórios gerenciais. O número de comitês foi reduzido de 18 para 12, garantindo maior sinergia entre as áreas, eficiência na prestação de contas e reforçando o compromisso com a melhoria contínua dos processos.

Organização dos Comitês

Atualmente os Comitês estão organizados em 2 frentes:

- **Comitês de Gestão Integrada e Controle de Riscos de Processos e Projetos**
- **Comitês de Governança e Estratégia**

Confira na próxima página a evolução desse processo ao longo do ano.



Comitês de Gestão e Relatórios Gerenciais

1º semestre	
Comitês de Gestão	Relatórios Emitidos
1 Comitê de Investimentos TVM	
1.1 Comitê de Investimentos – Crédito e Estruturados Asset – Extraordinária	Relatório Gerencial de Acompanhamento da Gestão de Investimentos
2 Comitê de Controle e Acompanhamento de Investimentos	
3 Comitê de Investimentos Imobiliários	
4 Comitê de Riscos em Investimentos	Relatório Gerencial de Controles de Riscos em Investimentos
5 Comitê Gestão de Seguridade e Atuarial	Relatório Gerencial Gestão de Seguridade e Atuarial Relatório Gerencial Risco de Seguridade
6 Comitê de Risco de Seguridade e Atuarial	Relatório Gerencial Aval. Da aderência das premissas e hipóteses atuariais: Financ. biome. demo., econo.
7 Comitê de Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária	Relatório Gerencial Controle Administrativo, Financeiro e Orçamentário
8 Comitê de Avaliação Econômica e Gestão Contábil	Relatório Gerencial de Acompanhamento Contábil
9 Comitê Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional	Relatório Gerencial de Gestão de Pessoas
10 Comitê Governança Institucional	Relatório Gerencial de Certificação, Habilitação e Qualificação Relatório Gerencial de Governança Institucional
11 Comitê Comunicação Institucional	Relatório Gerencial de Comunicação Institucional
12 Comitê de Risco Operacional e Compliance - CIROC	Relatório Gerencial de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional
13 Comitê de Compliance - Normativos	
14 Comitê de Risco em Tecnologia e Segurança da Informação	Relatório Gerencial Tecnologia e Segurança da Informação
15 Comitê Gestão de Privacidade de dados	Reportado no Relatório Gestão de Seguridade e Atuarial
16 Comitê de Gestão Jurídica	Relatório Gerencial Gestão Jurídica
17 Comitê de Integridade e Ética	Relatório Gerencial de Integridade e Ética
18 Comitê Canal Confidencial	Relatório Gerencial da Auditoria Interna

- Comitês de Gestão Integrada de Processos e Projetos: 1-3; 5, 7 e 8
- Comitês de Gestão Integrada de Riscos: 4,6,12,14,15,16
- Comitês de Governança e Estratégia: 9,10,11,13,17,18

2º semestre	
Comitês de Gestão	Relatórios Emitidos
1 Comitê de Investimentos TVM – Itaú Asset	
2 Investimentos Crédito e Estruturados Asset	Relatório Gerencial de Acompanhamento da Gestão e Controle de Riscos de Investimentos
3 Comitê de Acompanhamento da Gestão e Controle de Riscos de Investimentos	
4 Comitê de Gestão e Controle de Riscos de Seguridade e Atuarial	Relatório Gerencial Gestão e Controle de Riscos de Seguridade e Atuarial Relatório Gerencial Aval. Da aderência das premissas e hipóteses atuariais: Financ. biome. demo., econo.
5 Comitê de Gestão Contábil, Administrativa, Financeira e Orçamentária.	Relatório Gerencial de Gestão Contábil, Administrativo, Financeiro e Orçamentário
6 Comitê Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional	Relatório Gerencial de Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional
7 Comitê de Governança e Comunicação Institucional	Relatório Gerencial de Certificação, Habilitação e Qualificação Relatório Gerencial de Governança e Comunicação Institucional
8 Comitê de Risco Operacional e Compliance – CIROC	Relatório Gerencial de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional
9 Comitê de Compliance – Normativos e Políticas Internas	
10 Comitê de Risco em Tecnologia, Segurança da Informação e Privacidade de Dados	Relatório Gerencial Tecnologia, Segurança da Informação e Privacidade de Dados
11 Comitê de Gestão e Controle de Riscos Judiciais	Relatório Gerencial de Gestão e Controle de Riscos Judiciais
12 Comitê de Integridade e Ética e Canal Confidencial	Relatório Gerencial de Integridade, Ética e Canal Confidencial Relatório Gerencial da Auditoria Interna

- Comitês de Gestão Integrada e Controle de Riscos de Processos e Projetos: 1-5
- Comitês de Governança e Estratégia: 6-12

Habilitação e Certificação

Os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal são devidamente habilitados pela Previc e estão aderentes aos requisitos necessários ao exercício da função. A composição dos órgãos estatutários apresentam uma formação profissional diversa e expertise complementar, que colaboram para discussões aprofundadas, assegurando uma ampla visão dos temas em pauta, que contribuem com decisões bem fundamentadas e o fortalecimento da governança.

Além disso, são observados os níveis de certificação profissional exigidos pela legislação vigente,

para isso, a Governança Institucional coordena as etapas para a realização do processo de certificação, de acordo com os regulamentos das instituições certificadoras, e faz o acompanhamento periódico dos níveis de certificação. Assim, é possível adequar o nosso programa de capacitação de acordo com as necessidades mapeadas e interesses dos dirigentes, com observância da Política de Certificação, habilitação e qualificação, que orienta e estabelece os princípios e diretrizes para execução desses processos.

Habilitação Previc

**Diretoria Executiva,
Conselho Deliberativo
e Conselho Fiscal:**

100%



Certificação

Diretoria Executiva:

100%

Conselho Deliberativo

Conselheiros efetivos: 75%

Conselheiros suplentes: 40%

Conselho Fiscal:

Conselheiros efetivos: 78%

Conselheiros suplentes: 29%



Capacitação dos órgãos estatutários

Atualização contínua e transparência das informações

GRI 2-17

Manter os membros dos órgãos estatutários sempre bem-informados e atualizados também é essencial, e temos um importante papel nessa frente.

O Programa de Capacitação aos membros dos órgãos estatutários inclui eventos internos e externos, cursos e treinamentos, visando promover a troca de experiências entre os membros e fortalecer as habilidades necessárias para o exercício de suas funções, além de gerar pontos para o processo de recertificação.

Os principais temas abordados incluem investimentos, governança corporativa, previdência privada, princípios ASG e aspectos jurídicos relacionados à previdência complementar.

Além dos treinamentos, mantemos dois canais de comunicação exclusivos para esse público:

- **“Fique por dentro”**: e-mail usado para compartilhar importantes acontecimentos e publicações, como a divulgação da Revista da Previdência Complementar elaborada pela Abrapp;
- **“Newsletter de Governança”**: lançada em maio de 2024, traz matérias e informações relevantes que aconteceram naquele mês, sejam nossas ou do setor, agenda de reuniões e atualizações sobre os programas de capacitação e de educação financeira e previdenciária.



Foram totalizadas

64 horas
de treinamentos no ano.



Órgãos reguladores e institucionais

GRI 2-28

O relacionamento com os órgãos reguladores abrange um amplo espectro de atividades essenciais, que incluem o atendimento a Supervisão Previc e o cumprimento de obrigações periódicas. Adicionalmente, gerimos pedidos de informações e documentações relacionadas aos planos que administramos garantindo a conformidade com a regulamentação vigente e promovendo a transparência no gerenciamento das operações.

Neste contexto, incentivamos a participação ativa de colaboradores e dirigentes como representantes institucionais

em Comissões Técnicas na Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e em Squads da APEP (Associação dos Fundos de Pensão e Patrocinadores do Setor Privado) que, além de fortalecer o desenvolvimento profissional, proporcionam relacionamento com outras Fundações de Previdência.

Esta troca de experiências sobre as melhores práticas de mercado, consolida um ambiente colaborativo, voltado a melhoria contínua do nosso segmento e nossa gestão.

Supervisão permanente

Nosso enquadramento na categoria S1 prevê o cumprimento de obrigações regulatórias específicas, assegurando proporcionalidade da supervisão que, nesse caso, é conduzida de forma permanente pela Previc. Durante o ciclo bienal de fiscalização 2023-2024, atendemos a todas as adequações apontadas pelo órgão regulador, alcançando resultados muito satisfatórios e reafirmando nosso compromisso com as melhores práticas de governança e conformidade com o setor.



Canais de relacionamento da Governança

WhatsApp

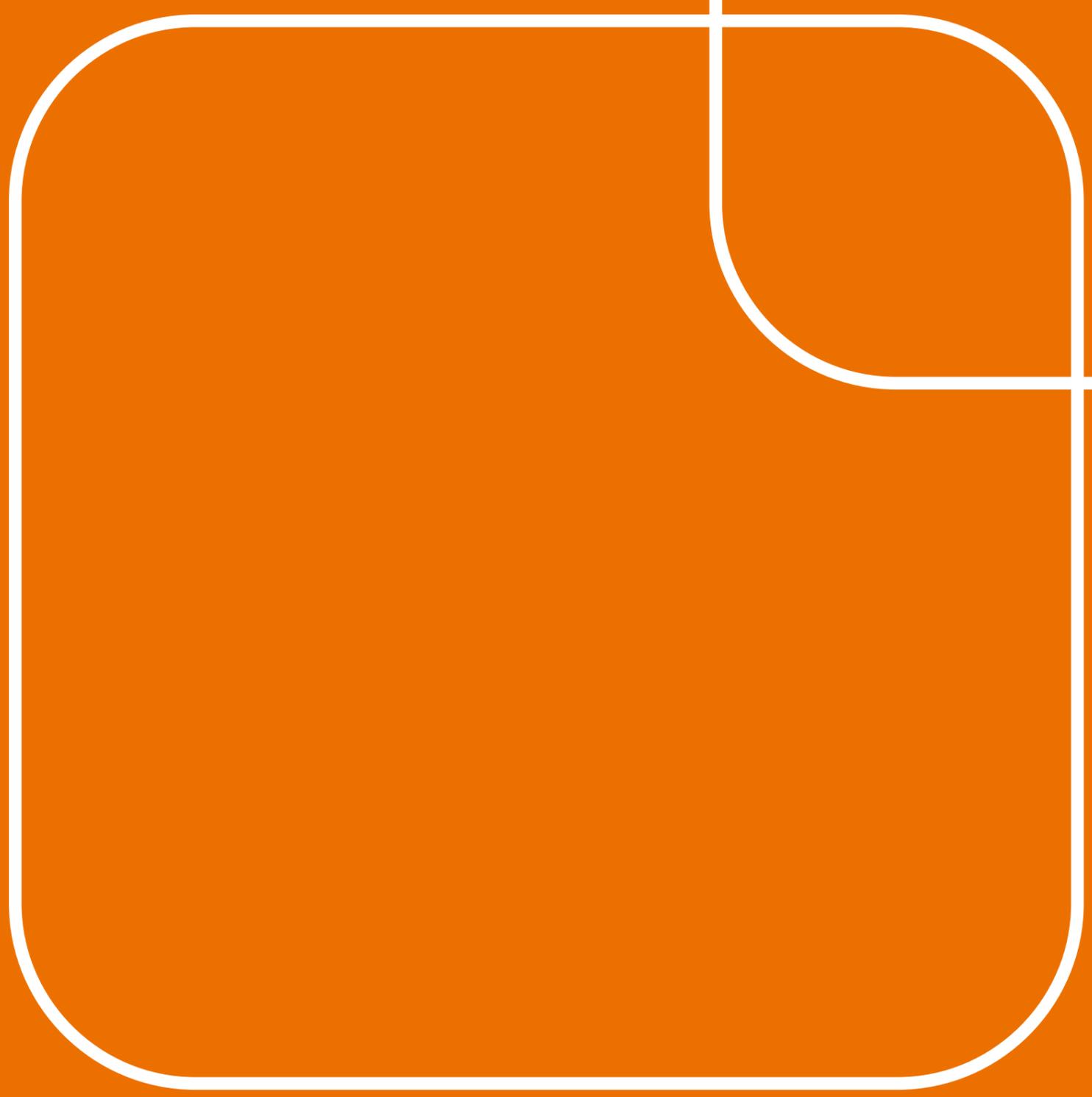
Canal de atendimento exclusivo para os Conselheiros, Representantes dos Comitês de Planos e Comitê de Auditoria, disponível em dias úteis, das 9h às 18h.



Portal de Governança

Para proporcionar maior agilidade, segurança e integração na gestão dos documentos pertinentes aos órgãos estatutários e de administração, o Portal de Governança apresenta um ambiente de fácil navegabilidade e autonomia para o público envolvido, além de aprimorar os processos de Governança e centralizar a divulgação das informações.





www.fundacaoitauunibanco.com.br

